

ANEXO 1

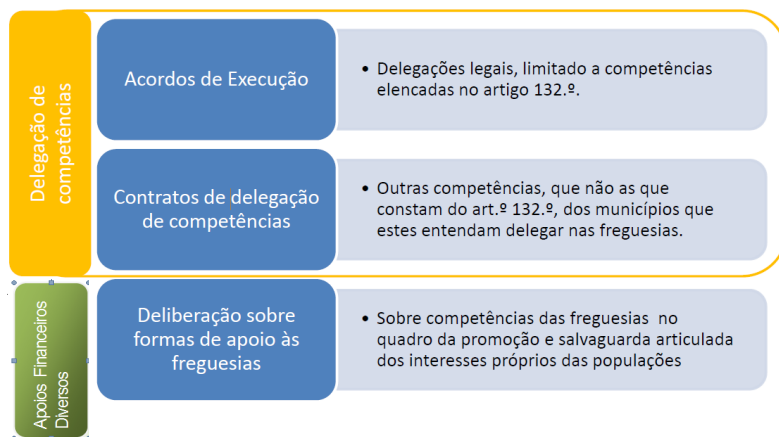
Relativamente às transferências de verbas para as freguesias que se irão realizar durante o próximo quadriênio, nomeadamente os critérios para essa afetação, será necessário antes de mais, considerar os diferentes contextos em que tal irá acontecer. Assim, definem-se, em primeiro lugar, os valores anualmente atribuídos às freguesias enquanto recurso financeiro que garante o exercício das competências previstas no n.º 1 do artigo 132.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro (de ora em diante, apenas Lei n.º 75/2013), estando para o efeito devidamente cabimentadas no orçamento municipal. Estas transferências são formalizadas através dos **Acordos de Execução** previstos no artigo 133.º da mencionada Lei.

Paralelamente poderão ser celebrados **Contratos para a Delegação de Competências**, previsto no artigo 120.º, para outras competências, que não as que constam do artigo 132.º, que se entenda delegar nas freguesias, e que visam a comparticipação de investimentos, projetos ou atividades diversas.

Finalmente, através da figura de **Apoios Financeiros Diversos** poderão ser comparticipadas despesas que decorrem das competências próprias das freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população.

Quer os "**Contratos para a Delegação de Competências**" quer os "**Apoios Financeiros Diversos**", para além daqueles que se definem no presente documento, serão oportunamente apreciados ao longo do ano sendo avaliada a carência em causa, a necessidade do investimento, a importância estratégica, a solução técnica, o valor do investimento e a coerência da intervenção.

Cabe ainda à **Assembleias de Freguesia**, mediante proposta da Junta de Freguesia, **autorizar a celebração dos Contratos de Delegação de Competências e Acordos de Execução**.



Fonte: Pedro Mota e Costa, Docente da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, Assessor de Gestão Autárquica e Finanças Locais. Finanças e Contabilidade Pública (com exceção da designação de “Apoios Financeiros Diversos”

1 – ACORDOS DE EXECUÇÃO

Os **Acordos de Execução**, conforme estipulado no artigo 133.º da Lei n.º 75/2013 estipulam expressamente, e neste caso em particular, os recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências elencadas no n.º 1 do artigo 132.º.

No caso do acordo de execução, a Lei nº 75/2013, mais precisamente a alínea l) do nº 1 do seu artigo 33º, sob a epígrafe “competências materiais”, prevê expressamente que ***“competete à câmara municipal discutir e preparar com os departamentos governamentais e com as juntas de freguesia contratos de delegação de competências e acordos de execução, nos termos previstos na presente lei”***.

No conjunto das competências previstas no n.º1 do artigo 132.º serão consideradas algumas exceções para as quais se entende que não estão reunidas as condições que garantam o cabal cumprimento dos princípios gerais enumerados no artigo 121.º, nomeadamente no que diz respeito à estabilidade, prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço público e necessidade e suficiência dos recursos. Entendemos, assim, que deverá ser objeto de **negociação entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia** para efeitos de celebração do Acordo de Execução a intenção de não delegar nas juntas de freguesia e de uma forma genérica, as competências previstas no n.º 1 do artigo 132.º para as quais não se venha a verificar o cumprimento dos princípios gerais enunciados, salvaguardando-se, ao mesmo tempo, o interesse municipal e estratégico das atividades em causa e a boa gestão dos recursos públicos. Caberá à Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em comum acordo e com a necessária fundamentação, concretizar essas situações que deverão ser claramente incorporadas nos Acordos de Execução a celebrar.

A forma de distribuição/atribuição desta verba segue os critérios definidos no ponto 4 do presente documento.

2 – CONTRATOS PARA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Os Contratos para a Delegação de Competências serão aplicados para outras competências, que não as que constam do artigo 132.º Lei 75/2013, que se entenda durante o próximo quadriénio delegar nas freguesias, e que visam a comparticipação de investimentos, projetos ou atividades diversas.

No cumprimento dos objetivos estipulados no artigo 118.º da referida Lei “a concretização da delegação de competências visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade inter-regional, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis.”

Os municípios concretizam a delegação de competências nas freguesias em todos os domínios dos interesses próprios das populações destas, em especial no âmbito dos serviços e das atividades de proximidade e do apoio direto às comunidades locais. A delegação de competências concretiza-se através da celebração de contratos interadministrativos sob pena de nulidade.

A Câmara Municipal deverá submeter à Assembleia Municipal o pedido de autorização para a **celebração de qualquer contrato de Delegação de Competências.**

Cabe ainda à **Assembleias de Freguesia**, mediante proposta da Junta de Freguesia, **autorizar a celebração dos Contratos de Delegação de Competências.**

CRITÉRIOS GERAIS

Neste processo, de celebração de Contratos de Delegação de Competências irão ser assegurados a par das restantes obrigações aplicáveis que decorrem da Lei n.º 75/2013, os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício das competências transferidas, garantindo-se desde já a observância dos requisitos que a seguir se transcrevem e que serão oportunamente avaliados pela Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, em relação a cada um dos pedidos efetuados:

- a) Não aumento da despesa pública global
- b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos
- c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências

d) Melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis

Orientações para os limites máximos estipulados por tipologia de intervenção:

- A beneficiação de caminhos/estradas municipais poderá ser comparticipada a 100%

3 – APOIOS FINANCEIROS DIVERSOS

Tal como foi inicialmente mencionado, através da figura de **Apoios Financeiros Diversos** poderão ser comparticipadas despesas que decorrem das competências próprias das freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios da população.

Para além das restantes situações que possam surgir durante o próximo quadriénio e cuja avaliação seguirá sempre que aplicável, os Critérios Gerais definidos no ponto anterior, estipula-se, desde já, um valor de acordo com o método definido no ponto 4 deste documento, para o apoio financeiro à execução de competências próprias das Juntas de Freguesia diretamente relacionadas com a promoção, execução e apoio de projetos nas **áreas da “Educação, Cultura, Desporto e Ação Social” (despesa corrente) e “Melhoramentos Vários” (despesa de capital)**.

O pagamento das verbas relativas à **“Educação, Cultura, Desporto e Ação Social”** que não poderá ser utilizada para outros fins”, e dos **“Melhoramentos Vários”**, será efetuado **em quatro prestações trimestrais**, de igual valor, nos meses de Março, Junho, Setembro e Dezembro podendo, por razões devidamente justificadas, ser feito em antecipação. As Juntas de Freguesia obrigam-se a apresentar comprovativos da aplicação das verbas transferidas até dia 15 de Fevereiro do ano seguinte.

Para outros pedidos de apoio que possam ser apresentados pelas Juntas de Freguesia durante o ano em exercício para atividades da sua competência, estipulam-se desde já as seguintes orientações sobre as percentagens e limites máximos estipulados por tipologia de intervenção:

- A beneficiação de caminhos vicinais será comparticipada no máximo em 70%;
- Os arranjos urbanísticos nos Centros Cívicos serão comparticipados a 70 % do valor elegível;
- Compra de veículos:

a) Transporte escolar:

- 20.000,00€ para carrinhas de 9 lugares

- Até 16.000,00€ para carrinhas de 9 lugares para substituição de outras com idade igual ou superior a 15 anos (desde a data de deliberação de Reunião de Câmara) com obrigação de retoma da carrinha existente

- 70% para autocarros de 19 lugares

- 85% para autocarros de 27 lugares, com um montante máximo elegível de 105.000,00 €

b) Outros

- 70% para tratores ,até ao limite máximo elegível 27.500,00 €

- 50% para a aquisição de viaturas para Kits de combate a incêndios, até ao limite máximo de participação de 3.750,00 €.

- Para a aquisição de terrenos o apoio do município dependerá do interesse estratégico do terreno para o desenvolvimento da freguesia, nomeadamente no que respeita a terrenos para beneficiação de Centros Cívicos ou para a localização de equipamentos culturais, educativos e sociais;

- Construção de Capelas Mortuárias (25.000,00 € - valor fixo)

- Ampliação de cemitérios propriedade das freguesias será financiada a 100% para a construção de novos muros de contenção de terras ou de fecho

- No processo de Toponímia será concedido apoio técnico e apoio financeiro fixo de 1.000,00 €

De uma forma geral e dentro do mesmo espírito de dar prioridade aos projetos que são efetivamente importantes no contexto da estratégia para o concelho e para a freguesia em causa, será dado apoio no âmbito das candidaturas que venham a ser aprovadas pelo QREN participando em 50% o valor não reembolsado.

O apoio à instrução destas candidaturas será possível caso se reúnam as condições de elegibilidade e se mostre viável o seu enquadramento em programas de financiamento que se encontrem disponíveis.

4 - METODOLOGIA DE DISTRIBUIÇÃO DE VERBAS ANUAIS PARA OS ACORDOS DE EXECUÇÃO E APOIOS FINANCEIROS DIVERSOS

Para o cálculo dos valores anuais a atribuir a cada freguesia foram considerados critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias do concelho. Introduzindo-se, desta forma, variáveis que permitem uma redistribuição mais justa e equitativa da verba destinada a estas transferências. Conscientes da importância da promoção do desenvolvimento sustentável e equilibrado do espaço concelhio, considerou-se como iniciativa de harmonização e apoio aos territórios menos favorecidos, a introdução do **Fator de Coesão Territorial** que perspetiva, de uma forma genérica, valorizar a diversidade e complementaridades e facultar a possibilidade da população tirar o melhor partido das características existentes em cada freguesia.

A metodologia de cálculo foi a seguinte:

20% Pp + 20% Aln + 25% AF +25% RV+ Fatores de Coesão Territorial

Onde:

Pp – População da Freguesia

Aln – Alunos em idade pré-escolar e 1º Ciclo

AF – Área da Freguesia

RV– Rede Viária

FCT – Fator de Coesão Territorial

Fatores de Coesão Territorial = 5% Duração média dos movimentos pendulares (Mp) + 5% Explorações agrícolas (N.º) SAU (Superfície Agrícola Utilizada)

Ao resultado anterior acresce o valor base (**Fator de Equilíbrio**) de **10.000,00** por cada Freguesia ou **Agrupamento de Freguesias**, o valor relativo à manutenção da **rede viária (280,00€ por Km)** para cada freguesia e um valor de **250,00€ por cada Associação Cultural, Recreativa e Desportiva** existente naqueles territórios estando, assim, garantida a consideração de diferentes critérios relacionados com a caracterização geográfica, demográfica, económica e social. (*)

Esta verba Global é então distribuída da seguinte forma:

- 20% será considerado enquanto **Apoio Financeiro** para o exercício de competências próprias atribuídas às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações com relevância para a execução ou promoção de projetos de intervenção comunitária nas **áreas da educação, cultura, desporto e ação social** e apoiar atividades daquela natureza (despesa corrente). Verba a transferir trimestralmente.

- O valor relativo à rede viária, 280,00 € por Km, deverá assegurar os recursos financeiros necessários para dar resposta à delegação de competência prevista na alínea b), do n.º 1 do artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013 ou seja “Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros” a confirmar no âmbito das negociações para a celebração do **Acordo de Execução.** Verba a transferir a pedido da Junta de Freguesia e mediante a verificação física da sua execução por parte dos serviços técnicos do Município.

- Do valor restante, 5%, a transferir trimestralmente, serão destinados a assegurar as competências que se pretendem acordar delegar, no âmbito da celebração do **Acordo de Execução** conforme previsto no n.º 1 do artigo 132.º, da Lei n.º 75/2013 para as intervenções que de momento e de uma forma geral, tendo em conta as especificidades de cada Freguesia, se discriminam:

a) Gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;

c) Manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;

d) Gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;

Neste âmbito será necessário ainda ter em conta que as receitas que decorrem da gestão corrente dos Mercados e Feiras, salvo aqueles que vierem ser excecionados, reverterem para as Juntas de Freguesia.

- A restante verba integrará o **Apoio Financeiro** a atribuir para o exercício de competências próprias atribuídas às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, estando destinada à realização de “**melhoramentos vários**” (**despesa de capital**). Verba a transferir trimestralmente.

Pressupostos:

De forma a não haver uma redução em relação ao valor que era transferido em anos anteriores para as **freguesias sem agregação**, estipulou-se que no resultado dessa redistribuição nenhuma das freguesias iria receber menos do que em 2013. Assim, nesses casos, em que a aplicação dos coeficientes levaria a um resultado (**Valor de Resultado**) inferior com perda de receita por parte das freguesias, optou-se por manter o valor histórico de referência.

A Câmara Municipal assume desta forma o compromisso de não baixar os valores históricos de referência a transferir para as freguesias sem agregação relativamente ao quadriénio agora em causa.

No caso das **freguesias agrupadas**, tendo em conta o novo ciclo que agora se inicia e os objetivos inerentes à sua criação nomeadamente na otimização de recursos, ganhos de escala e eficiência nas autarquias locais, será considerado o valor mais alto entre o **Valor do Resultado da aplicação das variáveis** e o **Valor do Somatório das verbas recebidas em 2013**, não podendo caso prevaleça este último, ser admitido um aumento de mais **25% sobre o Valor do Resultado**.

(*) No caso do Agrupamento de Arca e Ponte de Lima, acresce o valor de 8.800,00 € relativo ao montante anual que normalmente a Freguesia de Ponte de Lima recebia por celebração de Protocolo próprio que estava, por isso, excluído dos anteriores Termos de Aceitação e que deixará, a partir de agora de existir.

5 – VERBAS A TRANSFERIR PARA A JUNTA DE FREGUESIA DE ARCOZELO

ACORDO DE EXECUÇÃO VALORES ANUAIS		
Assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sarjetas e sumidouros	Para as restantes competências delegadas	TOTAL ACORDO DE EXECUÇÃO

4.900,00	1.444,11	6.344,11
----------	----------	----------

APOIO FINANCEIRO VALORES ANUAIS		
<u>APOIO FINANCEIRO PARA AS ATIVIDADES DE MELHORAMENTOS VÁRIOS (CAPITAL)</u>	<u>APOIO FINANCEIRO PARA AS ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL EDUCATIVA, DESPORTIVA E RECREATIVA (CORRENTE)</u>	TOTAL APOIO FINANCEIRO

27.438,14	8.479,37	35.917,52
-----------	----------	-----------